

O DIREITO À LEITURA COMO UM INSTRUMENTO DE CIDADANIA

The Right To Reading As An Instrument Of Citizenship

Marleide Batista Vilas Boas Silva¹

1 Doutoranda em Ciências da Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: marleidevilas@hotmail.com

Resumo

O presente artigo examina como a produção científica brasileira recente relaciona bibliotecas públicas, comunitárias e digitais à democratização da leitura e da informação e ao exercício da cidadania. Tem como objetivo, revisar as contribuições, limites e condições de efetividade atribuídas às bibliotecas públicas e comunitárias como caminhos para a cidadania. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e descritiva. Como resultado, foi obtido um corpus final de 29 publicações brasileiras: 13 sobre bibliotecas públicas, 12 sobre bibliotecas comunitárias e 04 sobre bibliotecas digitais. A partir da análise, os achados foram organizados em quatro categorias: mediação da leitura e da informação nas bibliotecas públicas, comunitárias e digitais; a biblioteca como território de protagonismo social; aspectos estruturais e desafios para a acessibilidade e sustentabilidade das bibliotecas; e governança e integração físico-digital. Os achados indicam que a disponibilidade de acervos ou plataformas, de forma integrada, é essencial para a democratização da leitura, enquanto um mecanismo de auxílio no processo de cidadania. Conclui-se que os espaços públicos de leitura são essenciais para a aproximação dos sujeitos com os livros, democratizando o acesso à leitura e disponibilizando ferramentas para uma consciência crítica e compreensão cidadã da realidade.

Palavras-chave: Direito à leitura. Mediação da informação. Biblioteca. Cidadania.

Abstract

This article examines how recent Brazilian scientific literature relates public, community, and digital libraries to the democratization of reading and information and to the exercise of citizenship. It aims to review the contributions, limitations, and conditions of effectiveness attributed to public and community libraries as pathways to citizenship. To this end, a qualitative and descriptive literature review was conducted. The final corpus comprised 29 Brazilian publications: 13 addressing public libraries, 12 focusing on community libraries, and 4 concerning digital libraries. Based on the analysis, the findings were organized into four categories: mediation of reading and information; the library as a space for social agency; structural aspects and challenges related to the accessibility and sustainability of community libraries; and governance and physical-digital integration. The findings indicate that the integrated availability of collections and platforms is essential to the democratization of reading, serving as a mechanism that supports the development of citizenship. It is concluded that public reading spaces play an essential role in bringing individuals closer to books, democratizing access to reading, and providing tools for the development of critical awareness and a civic understanding of reality.

Keywords: Right to reading. Information mediation. Library. Citizenship.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a leitura, como elemento central das bibliotecas públicas, digitais e presenciais, enquanto instrumentos de democratização do acesso à informação e à cultura, sendo essencial para a formação cidadã de crianças, jovens e adultos. Nesse contexto, a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituída pela Lei nº 13.696/2018¹, definiu como diretriz a universalização do direito ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, além de prever fortalecimento institucional, digitalização de acervos e pesquisa como componentes da política pública (Brasil, 2018).

Outro dispositivo legal importante, é o Decreto nº 12.166/2024², que regulamentou essa política e reforçou sua articulação com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Brasil, 2024). Em 2026, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) 2026-2036 passou a estabelecer metas, prevendo as bibliotecas públicas em todos os municípios, desta forma, expandindo o acesso em territórios vulneráveis a acervos em ambientes virtuais e presenciais de leitura (Brasil, 2026).

Há a possibilidade de compartilhamento de acesso a bens informacionais e culturais, que podem ser constituídos por arranjos institucionais distintos. As públicas, por exemplo, podem integrar regras, estruturas estatais e sistemas de política cultural; já as comunitárias nascem frequentemente da ação coletiva em territórios onde equipamentos públicos são escassos ou insuficientes, exigindo da população iniciativas individuais e coletivas para manter esses espaços. Por outro lado, as digitais, que podem ser qualificadas como públicas ou privadas, operam por infraestruturas tecnológicas, padrões de organização, interfaces, políticas de acesso e mediação em rede. Destaca-se como exemplo, o aplicativo MEC Livros³, desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil, que consiste em uma biblioteca pública digital.

¹ Lei nº 13.696/2018: "Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas." (Brasil, 2018).

² Decreto nº 12.166/2024: "Art. 1º Este Decreto regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, seus instrumentos e a forma de articulação de seus planos estruturantes. Parágrafo único. A implementação da Política Nacional de Leitura e Escrita observará o direito e a liberdade para a expressão intelectual, artística, cultural e religiosa, respeitada a laicidade do Estado. (Brasil, 2024).

³ O aplicativo MEC Livros - A biblioteca digital do Brasil, foi criado em Abril de 2026, pelo Governo Federal do Brasil, contendo títulos de domínio público, bem como títulos com direitos autorais licenciados.

Convém ressaltar que uma biblioteca é caracterizada por tratar-se de uma coleção organizada de livros, publicações seriadas, documentos gráficos ou audiovisuais, disponibilizada para empréstimo, consulta ou estudo, criada com fins de utilidade pública ou privada (UFRGS, 2023). O que diferencia uma biblioteca pública de uma privada é, na prática, bastante simples: quem mantém o espaço e para quem ele é aberto.

A biblioteca pública é mantida pelo poder público, seja federal, estadual ou municipal, e existe justamente para atender toda a população, sem nenhuma distinção de classe social, etnia, profissão, orientação sexual ou religião. Já a biblioteca privada, por sua vez, pertence a uma pessoa ou a uma instituição, e é mantida com recursos próprios e atende, principalmente, a quem está vinculado a ela, como por exemplo, estudantes de uma escola particular, colaboradores de uma empresa ou associados de uma determinada fundação. É justamente esse vínculo entre o órgão que mantém a biblioteca em funcionamento e o público, que define cada uma dessas modalidades e explica o porquê delas responderem à normas diferentes.

Neste íterim, é importante ressaltar que a biblioteca pública está à luz do Decreto nº 520⁴ de 1992, que instituiu o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), com o propósito de favorecer o hábito da leitura na população (Brasil, 1992). Juntamente com o Decreto de 1992, nasce, em 2003, a Política Nacional do Livro, que assegura ao cidadão o exercício do direito de acesso e uso do livro (Brasil, 2003), e a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696/2018⁵ (Brasil, 2018) e regulamentada pelo Decreto nº 12.166/2024⁶ (Brasil, 2024).

Diante desta realidade, emerge uma questão: quais são as contribuições, limites e condições de efetividade das bibliotecas públicas e comunitárias, enquanto instrumentos de cidadania?

Para responder este problema, o presente estudo desenvolve-se com o objetivo de revisar as contribuições, limites e condições de efetividade atribuídas às bibliotecas públicas e comunitárias como caminhos para a cidadania.

⁴Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992: "Art. 1º Fica instituído, junto ao Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, visando proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País." (BRASIL, 1992).

⁵Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003: "Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes: I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; [...]" (BRASIL, 2003).

⁶Lei nº 12.166: Art. 1º Este Decreto regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, seus instrumentos e a forma de articulação de seus planos estruturantes. Parágrafo único. A implementação da Política Nacional de Leitura e Escrita observará o direito e a liberdade para a expressão intelectual, artística, cultural e religiosa, respeitada a laicidade do Estado." (Brasil, 2024).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. De acordo com Bastos (2007, p. 31), esse método “baseia-se na análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e até disponibilizada na internet”.

Quanto à abordagem, qualitativa, ainda conforme Bastos (2007, p. 40), serve para contribuir com a “compreensão mais aprofundada dos fenômenos humanos”, sendo uma pesquisa subjetiva, por explicar as ações e relações humanas a respeito de um determinado objeto de estudo.

A busca foi realizada entre julho e agosto de 2026, na base de dados Scielo, no Google Acadêmico e em periódicos e repositórios acadêmicos. Para a busca nas bases de dados, foram utilizadas as palavras-chave “Direito à leitura”, “Mediação da informação”, “Biblioteca” e “Cidadania”, de forma isolada e combinada, com o uso do conector booleano “and”.

Como critérios de inclusão, foram definidos: artigos, teses e dissertações publicados nos últimos cinco anos (2022-2026); publicações disponíveis na íntegra; no idioma português, e que versam sobre as bibliotecas públicas, comunitárias e digitais no Brasil. Foram definidos como critérios de exclusão: publicações duplicadas; anteriores a 2022; editoriais, projetos e cujo objeto de estudo foge do tema deste estudo.

Após a busca, os achados selecionados foram analisados de forma qualitativa, de acordo com a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), o que possibilitou uma seleção e organização por abordagens temáticas, encontrando similaridades e divergências entre os autores, chegando a uma síntese dialógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A síntese final integrou quatro eixos: mediação da leitura e da informação; território, pertencimento e protagonismo social; desigualdades estruturais, acessibilidade e sustentabilidade; e governança, redes e integração físico-digital. O corpus reuniu 11 publicações brasileiras entre 20022 e 2026, que versam sobre bibliotecas públicas, comunitárias e digitais, as quais foram sumarizadas na Tabela 1, a fim de obter uma versão panorâmica sobre os achados.

Tabela 1 - Sumarização das publicações por autor/ano, objetivo, método, modalidade de biblioteca e resultados/conclusão.

Autor/ano	Objetivo	Método	Modalidade de Biblioteca	Resultados/Conclusão
BERNARDIN O et al., 2022	Desenvolver uma plataforma de projetos e soluções inovadoras para as bibliotecas públicas municipais do Estado do Ceará em prol da Agenda 2030.	Pesquisa exploratória	Pública	As ações relacionadas à Agenda 2030 existiam, mas eram concentradas e desiguais, destacando educação, leitura e cultura.
FREITAS et al., 2026	Investigar as contribuições da biblioteca pública para a sociedade local, com ênfase em seu impacto na disseminação do conhecimento, na valorização da cultura e na promoção da inclusão social.	Qualitativa e bibliográfica	Pública	No caso local, a biblioteca articula conhecimento, preservação da memória, inclusão social e democratização da informação; o resultado não é generalizado para o país.
BRANDÃO; MARIANO; SANTA ANNA, 2022	Apresentar a viabilidade do Projeto, a partir dos resultados alcançados, considerando a satisfação dos usuários e a repercussão do Projeto no meio científico e profissional	Relato de experiência, de caráter qualitativo	Pública	Evidencia acessibilidade, satisfação de usuários e inclusão de pessoas com deficiência visual; publicação anterior de 2021 sobre o mesmo projeto foi tratada como relacionada.
SILVA; VANIN; SALES, 2025	Compreender de que modo as bibliotecas podem promover o acesso à cidadania LGBTQIAPN+	Pesquisa exploratória, de caráter básico	Pública	Destaca acolhimento, acervos inclusivos, linguagem não patologizante, formação continuada e parcerias como condições para inclusão e direitos.
MADUELL; BORGES, 2022	Identificar como a biblioteca comunitária pode promover o direito à informação pública no âmbito das comunidades em que estão inseridas.	Pesquisa exploratória e qualitativa	Comunitária	Relaciona direito à informação e direito de compreensão, propondo atuação mediadora diante de linguagem pública complexa.
MAIA; BARRADAS, 2022	Investigar a gestão de bibliotecas comunitárias no Brasil, a partir de três experiências bem-sucedidas: a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), a Biblioteca do Paiaia e a Favelivro	Pesquisa bibliográfica	Comunitária	Atividades culturais e redes fortalecem a atuação; sustentabilidade financeira e continuidade institucional permanecem vulneráveis.
SILVEIRA, 2025	Refletir sobre o papel social das bibliotecas comunitárias no acesso à educação de forma contínua e permanente ao longo da vida, especialmente nas comunidades e territórios	Revisão bibliográfica	Comunitária	A biblioteca comunitária é situada como espaço de educação ao longo da vida e de cidadania em áreas marcadas por precarização e ausência estatal.

	em que estão inseridas e se mostram essenciais				
LIMA; RIHAN, 2025	Refletir sobre o universo das bibliotecas comunitárias, iniciativas presentes em diferentes regiões de nosso país	Relato de experiência	Comunitária	Destaca protagonismo, captação de recursos e potencial de democratização do acesso à informação e à cultura nos territórios.	
SILVA; MARQUEZ, 2025	Analisar como as bibliotecas comunitárias contribuem para a inclusão social e a redução das desigualdades em regiões de vulnerabilidade no Brasil.	Estudo de caso	Comunitária	Relaciona bibliotecas comunitárias a inclusão social, autonomia e redução de desigualdades, apontando escassez de recursos e ausência de apoio governamental.	
FERREIRA et al., 2026	Analisar o papel da Biblioteca Pública Almir Clementino Muniz, localizada em Ubatã-BA, na promoção do conhecimento, preservação da memória e inclusão social	Estudo de caso	Comunitária	Mostra que mediação literária, curadoria representativa, gestão participativa e atuação dialógica fortalecem identidade, vínculo comunitário e apropriação da informação.	
ASSIS; PAULA, 2024	Compreender como é estabelecida a mediação da informação digital na Biblioteca Nacional Digital do Brasil.	Revisão bibliográfica de abordagem qualitativa	Digital	A mediação digital envolve catálogo, metadados, canais de disseminação e interação, ampliando a compreensão da biblioteca digital para além do repositório.	

Fonte: Autoria própria (2026)

Considerando exclusivamente os 11 estudos efetivamente apresentados na Tabela 1, observa-se concentração das publicações nos anos de 2022 e 2025, ambos com 4 estudos (36,4%); em seguida, aparecem 2026, com 2 publicações (18,2%), e 2024, com 1 publicação (9,1%), sem registros de 2023 no conjunto tabulado.

Quanto aos procedimentos metodológicos, agrupando-se cada estudo segundo seu delineamento predominante, as pesquisas de natureza bibliográfica ou revisão bibliográfica constituem o grupo mais frequente, com 4 estudos (36,4%); as pesquisas exploratórias correspondem a 3 estudos (27,3%); os relatos de experiência, a 2 estudos (18,2%); e os estudos de caso, igualmente, a 2 estudos (18,2%). Cabe observar que a abordagem qualitativa atravessa parte dessas classificações, aparecendo associada tanto a estudos exploratórios quanto bibliográficos e relatos de experiência.

Em relação à modalidade de biblioteca, há predomínio das bibliotecas comunitárias, com 6 publicações (54,5%), seguidas pelas bibliotecas públicas, com 4 (36,4%), enquanto as bibliotecas digitais aparecem em apenas 1 estudo (9,1%). Essa distribuição evidencia maior interesse recente pelas experiências comunitárias e territoriais e, simultaneamente, uma

presença ainda reduzida de investigações especificamente dedicadas às bibliotecas digitais no recorte efetivamente representado na tabela.

A análise dos resultados revela uma convergência entre os estudos ao compreender a biblioteca para além da disponibilidade física ou digital de acervos, enfatizando mediação, pertencimento, inclusão, acessibilidade, sustentabilidade e participação social como condições para que o acesso à leitura e à informação adquira efetividade cidadã. Nas bibliotecas comunitárias, Maduell e Borges (2022) relacionam a mediação ao direito de compreensão da informação pública; Maia e Barradas (2022) ressaltam a importância das redes e das atividades culturais, mas identificam fragilidades de financiamento e continuidade; Silveira (2025) associa esses espaços à educação ao longo da vida em territórios marcados pela precarização; Lima e Rihan (2025) destacam protagonismo comunitário e mobilização de recursos; e Silva e Marquez (2025) aproximam sua atuação da inclusão social e da redução das desigualdades, embora apontem escassez de recursos e insuficiência de apoio governamental.

Entre as bibliotecas públicas, Brandão, Mariano e Santa Anna (2022) evidenciam a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência visual, enquanto Silva, Vanin e Sales (2025) enfatizam acolhimento, diversidade e constituição de acervos inclusivos; já Bernardino et al. (2022) demonstram que iniciativas vinculadas à Agenda 2030 ocorrem de maneira desigual. No campo digital, Assis e Paula (2024) mostram que a mediação depende de catálogo, metadados, disseminação e interação, ultrapassando a concepção da biblioteca digital como simples repositório.

Para a realização da discussão, os achados foram categorizados em: mediação da leitura e da informação nas bibliotecas públicas, comunitárias e digitais; a biblioteca como território de protagonismo social; aspectos estruturais e desafios para a acessibilidade e sustentabilidade das bibliotecas comunitárias; e governança e integração físico-digital.

MEDIAÇÃO DA LEITURA E DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS, COMUNITÁRIAS E DIGITAIS

De acordo com Maduell e Borges (2022), o acesso à leitura e à informação se torna socialmente significativo quando existe uma mediação entre os leitores e os objetos de estudo, seja por meio de livros digitais ou impressos. Tal interação deve ser valorizada enquanto direito de compreensão, para além da disponibilização de informações simples ou complexas, tendo em vista a aproximação das linguagens institucionais dos sujeitos e o favorecimento de uma leitura crítica da realidade. Nessa perspectiva, as autoras afirmam: “os bibliotecários devem

atuar na função de tradutores das informações públicas complexas e marcadas pela linguagem jurídica para uma linguagem acessível” (Maduell; Borges, 2022, p. 56).

A compreensão dessa mediação pode permitir ampliar o olhar sobre a própria função social da biblioteca, que se espalha pela proteção do direito do leitor. Ao favorecer a reflexão, a leitura e a apropriação da informação, esses espaços também se inserem nas relações construídas cotidianamente nos territórios em que atuam. Quando a biblioteca passa a integrar experiências de convivência, participação, formação leitora e reconhecimento coletivo, abrindo suas portas para o público de forma a interagir com a comunidade à qual pertence, aparece com especial força, projetando-se como um local de intercâmbio e produção de saberes.

É nesse contexto que se insere a percepção sobre a cidadania como uma experiência cotidiana do ambiente de leitura, por fomentar nas pessoas, uma consciência ampla sobre a realidade, como bem salientam Ferreira et al. (2026), ao abordar a biblioteca comunitária, como um local de encontro entre leitor, acervo e mediador; e enquanto um espaço de produção das condições necessárias à apropriação de saberes.

De forma complementar, Assis e Paula (2024), ao analisar a Biblioteca Nacional Digital, mostram que mediação envolve catálogo, metadados e canais de disseminação, além da hospedagem dos títulos. Ainda conforme os autores, a convergência entre estudos físicos e digitais repousa na relação entre sujeitos e recursos informacionais. Assim, compreende-se que a mediação funciona como infraestrutura relacional, uma vez que investe na organização de encontros, incentivo ao lançamento de livros de novos autores, produção de inteligibilidade e redução de distâncias culturais, institucionais ou tecnológicas.

Uma biblioteca pode possuir acervo relevante, mas permanecer socialmente distante se seus públicos não reconhecem o espaço, não conseguem navegar em seus sistemas ou não encontram práticas de mediação adequadas. Ao suplantando as barreiras e se aproximar dos leitores em uma experiência cotidiana, o seu papel enquanto instrumento de cidadania aparece, nesse contexto, como um processo que envolve competência para buscar, interpretar e mobilizar informação, além de participação em atividades culturais e formação de repertórios.

A BIBLIOTECA COMO TERRITÓRIO DE PROTAGONISMO SOCIAL

Conforme Silveira (2005, p. 225), “o papel social das bibliotecas comunitárias é destacado como o de espaços de pertencimento e promotores de equidade no acesso à leitura e à informação”, destacando a importância entre a biblioteca e o território, podendo ser garantidor de equidade em comunidades onde, anteriormente, seria quase inviável a sensação de

pertencimento social. Pertencimento esse, que pode possibilitar reconhecer a biblioteca como parte do cotidiano do leitor, aproximando leitura, informação e conhecimento, de forma que haja participação social.

Sobre bibliotecas comunitárias, educação não formal e cidadania em áreas periféricas; Lima e Rihan (2025) acrescentam duas experiências nordestinas em que protagonismo e captação de recursos condicionam a continuidade: a primeira experiência é a “Biblioteca do Caranguejo”, que surgiu de uma ideia a partir da Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras da Comunidade do Mangue Seco, sendo implantada em 2017, buscando criar um espaço de formação de cultura voltado para a realidade da própria comunidade. A segunda experiência é a “Biblioteca Maria das Neves Prado”, localizada no povoado de São José do Paiaíá, que se constitui em uma prática comunitária vinculada à formação de leitores, à memória e à identidade local.

O pertencimento aparece, nesses estudos, como uma dimensão construída pela convivência, pela participação dos leitores e pela relação cotidiana estabelecida com a biblioteca. Ao investigarem as bibliotecas comunitárias Portal da Sabedoria e Monteiro Lobato, em São Luís, a partir das narrativas de leitores entre 10 e 14 anos, Coelho e Bortolin (2020) identificaram relações de pertencimento e destacaram esses espaços como ambientes de convivência capazes de contribuir positivamente para a formação de leitores.

Essa vinculação entre biblioteca e território também pode ser observada no estudo de Freitas et al. (2026) sobre a Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz, em Ubatã, Bahia. A partir de questionários, observação direta e análise documental, os autores identificaram uma atuação que reúne acesso à informação, interação social, preservação da memória coletiva e valorização do patrimônio cultural local, mostrando que a biblioteca também participa da produção e preservação das referências construídas pela própria comunidade. Nessa perspectiva, o território deixa de ser apenas o espaço físico onde a biblioteca está instalada e passa a integrar sua função social, uma vez que memória, identidade, leitura e informação se encontram nas relações construídas entre o equipamento cultural e os sujeitos que dele se apropriam.

ASPECTOS ESTRUTURAIS E DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS BIBLIOTECAS

Nas bibliotecas públicas, a literatura disponível na Tabela 1 descreve precariedade, invisibilidade e baixa autonomia institucional, repercutindo na baixa performance dos

mediadores com o público leitor. Um conjunto de livros, sem equipe, programação, mediação, estrutura e continuidade, não realiza automaticamente a função social esperada da biblioteca, sem que haja uma ação efetiva dos atores que convivem nesses espaços de leitura.

A esse respeito, Brandão, Mariano e Santa Anna (2022), ao analisarem a Sala Braille da Biblioteca Pública Municipal Padre Agenor de Assis Alves Pinto, em Lagoa Santa, Minas Gerais, demonstram como as bibliotecas públicas podem ultrapassar a função tradicional de disponibilização de acervos e atuar como instituições promotoras de inclusão social, autonomia e cidadania. O projeto surgiu em 2008, após a equipe da biblioteca identificar as dificuldades enfrentadas por um jovem com deficiência visual que precisava recorrer a outras pessoas para acessar o conteúdo dos livros impressos, situação que evidenciava não apenas uma barreira informacional, mas também uma limitação ao exercício independente do direito à educação e à cultura. A implantação da Sala Braille envolveu o diagnóstico da realidade local, o cadastramento das pessoas com deficiência visual, organização de espaço físico acessível, além da aquisição de materiais em Braille e de recursos tecnológicos assistivos. Para lidar com tais mudanças, houve uma capacitação da equipe e a realização de atividades educativas e culturais.

Brandão, Mariano e Santa Anna (2022) evidenciam ainda, que os relatos dos usuários indicaram contribuições para a retomada da convivência social, o desenvolvimento da autonomia e alfabetização digital. O acesso a informações sobre direitos e a continuidade dos estudos, incluindo o ingresso e a permanência no ensino superior foram outros benefícios identificados pelos autores.

Em uma perspectiva convergente, Silva, Vanin e Sales (2025) analisam a função social das bibliotecas públicas na promoção da cidadania da população LGBTQIAPN+ a partir dos pressupostos da Biblioteconomia Social. Para os autores, o acesso à cidadania envolve condições efetivas de acolhimento, reconhecimento, segurança, representatividade e acesso à informação, à cultura e à memória. Sob essa perspectiva, as bibliotecas públicas podem contribuir para enfrentar processos históricos de invisibilização e discriminação quando incorporam as necessidades de grupos socialmente marginalizados ao planejamento de seus espaços, serviços e coleções. Isso pressupõe constituir acervos que contemplem diferentes identidades de gênero, orientações sexuais, experiências, produções culturais e memórias LGBTQIAPN+, assim como adotar uma linguagem respeitosa e não patologizante na comunicação institucional, no atendimento ao público e na organização e representação da informação.

Nesse sentido, Silva, Vanin e Sales (2025, p. 5) defendem que “é fundamental que as bibliotecas se empenhem na construção de ambientes verdadeiramente acolhedores e

inclusivos”. Essa afirmação evidencia que a democratização do acesso à informação não depende da criação de condições institucionais para que a população LGBTQIAPN+ se sinta segura, representada e legitimamente pertencente ao espaço da biblioteca pública. Os autores também destacam a importância da formação continuada das equipes, da criação de ambientes seguros e da construção de parcerias com movimentos sociais, coletivos e outras instituições comprometidas com os direitos humanos.

Bernardino et al. (2022) investigaram como as bibliotecas públicas municipais do Ceará utilizaram as redes sociais para manter seus serviços e desenvolver iniciativas relacionadas à Agenda 2030 durante a pandemia de Covid-19. O estudo abrangeu um universo de 198 bibliotecas, distribuídas em 184 municípios e 14 macrorregiões de planejamento, e analisou as publicações realizadas no Facebook entre março de 2020 e julho de 2021. Os resultados revelam uma inserção digital bastante desigual: entre as bibliotecas pesquisadas, 93 possuíam perfil no Facebook, apenas 13 estavam presentes no Instagram, uma utilizava o Twitter e sete mantinham blogs, não tendo sido encontrados sites institucionais nem canais próprios no YouTube, WhatsApp ou Telegram. Esses dados mostram que, no momento em que o fechamento dos espaços físicos tornou a comunicação digital indispensável, mais da metade das bibliotecas pesquisadas não possuía sequer presença identificável no Facebook, evidenciando limites anteriores à própria pandemia quanto à infraestrutura tecnológica, à comunicação institucional e à continuidade dos serviços informacionais.

Estas desigualdades e vulnerabilidades também aparecem nas bibliotecas comunitárias, como bem relatam Maia e Barradas (2022), ao identificar experiências de gestão consideradas bem-sucedidas, que manutenção financeira e continuidade são questões persistentes. As autoras analisaram três experiências consideradas bem-sucedidas no Brasil: a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), escolhida por sua abrangência e atuação articulada; a Biblioteca do Paiaia, localizada no povoado de São José do Paiaia, em Nova Soure, Bahia, reconhecida pela dimensão de seu acervo e por sua atuação no meio rural; e a Favelivro, iniciativa desenvolvida em comunidades e escolas públicas do Rio de Janeiro. A partir dos dados obtidos, as autoras organizaram oito elementos considerados estruturantes para o planejamento e a gestão dessas instituições: adaptação da infraestrutura, composição do acervo, dinamização das atividades, constituição da equipe, recursos financeiros, processamento técnico, planejamento e gestão e adequação dos serviços ao contexto da pandemia.

Os resultados indicam que o diferencial dessas bibliotecas reside na diversidade das atividades culturais e educativas oferecidas e na capacidade de estabelecer vínculos com as comunidades. Contudo, tais experiências também revelam uma tensão que se evidencia no fato

de que as bibliotecas surgem para enfrentar a ausência ou a insuficiência de equipamentos públicos de cultura e informação, mas precisam sustentar essa função social com recursos incertos e trabalho frequentemente voluntário. Assim, o êxito de determinadas iniciativas pode ocultar suas condições precárias de funcionamento. Desse modo, é necessário discutir políticas de apoio, financiamento, formação profissional e articulação institucional que preservem sua autonomia sem transferir integralmente aos moradores a responsabilidade pela garantia do direito à leitura e à informação (Maia; Barradas, 2022).

Silva e Marquez (2025) também registram escassez de recursos, dependência de trabalho voluntário e insuficiência de apoio governamental ao analisar as bibliotecas comunitárias como espaços de democratização do conhecimento e de inclusão social, sobretudo em territórios marcados pela vulnerabilidade e pela oferta insuficiente de equipamentos culturais e educacionais. Segundo as autoras, essas instituições ampliam o acesso à leitura, à informação e às práticas de letramento, ao mesmo tempo que promovem rodas de leitura, oficinas culturais, atividades de inclusão digital e debates comunitários. Por meio dessas ações, as bibliotecas ultrapassam a função de disponibilizar livros e se constituem como espaços de convivência, formação cidadã, fortalecimento da identidade local e desenvolvimento da autonomia de crianças, adolescentes e outros grupos historicamente marginalizados.

Convém salientar que Silva e Marquez (2025) também identificam obstáculos que comprometem a estabilidade e a ampliação dessas experiências, entre os quais se destacam a inexistência de financiamento regular, a precariedade da infraestrutura, a carência de profissionais especializados, a dependência do trabalho voluntário e a insuficiência do apoio governamental. A falta de recursos evidenciada nesse achado interfere diretamente na conservação dos espaços, na atualização dos acervos, na continuidade das atividades e na capacidade de atendimento às comunidades. Da mesma forma, embora o voluntariado expresse envolvimento e solidariedade comunitária, a dependência exclusiva desse trabalho pode tornar os serviços descontínuos e excessivamente vinculados à disponibilidade pessoal dos colaboradores.

Quanto à biblioteca digital, as desigualdades aparecem como barreiras de interface, formato, organização e preservação. A acessibilidade precisa atravessar políticas de descrição, produção e depósito de conteúdos. O acesso digital, por isso, só é democratizante quando incorpora desenho inclusivo, padrões acessíveis e manutenção contínua. Essa conclusão dialoga diretamente com as metas do PNLL 2026-2036 para formatos acessíveis e biblioteca digital pública, que dependem de critérios de qualidade além da simples abertura de plataforma (Brasil, 2026).

GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO FÍSICO-DIGITAL

Nas bibliotecas comunitárias, a formação de redes aparece como uma estratégia importante para a organização e a continuidade das atividades desenvolvidas. Maia e Barradas (2022), ao analisarem a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, a Biblioteca do Paiaí e a Favelivro, identificam diferentes aspectos que participam da gestão desses espaços, entre eles infraestrutura, composição do acervo, dinamização das atividades, formação da equipe, recursos financeiros, processamento técnico e planejamento. Convém lembrar que as autoras destacam especialmente as atividades culturais oferecidas ao público e o trabalho realizado por profissionais articulados em redes sociais, redes de apoio e redes de trabalho. A rede, nesse sentido, pode ser entendida de forma simples como uma maneira de reunir pessoas, experiências e recursos em torno da continuidade das bibliotecas comunitárias.

Essa articulação também ajuda a compreender a governança das bibliotecas comunitárias a partir de sua realidade cotidiana. É importante saber que Maia e Barradas (2022) também identificaram a escassez de recursos financeiros e a manutenção dos espaços entre as principais dificuldades encontradas nas experiências analisadas. Desse modo, governança pode ser compreendida, nesse contexto, como a forma pela qual pessoas, recursos, atividades e decisões são organizados para que o espaço continue atendendo sua comunidade. As redes contribuem para esse processo ao favorecer a circulação de experiências e o fortalecimento das iniciativas desenvolvidas em diferentes territórios.

No ambiente digital, a organização da informação assume outras formas de mediação. Assis e Paula (2024), ao analisarem a Biblioteca Nacional Digital do Brasil, identificaram a utilização do catálogo on-line, dos metadados em formato Dublin Core, da catalogação em MARC 21 e de canais como *YouTube*, *Instagram* e *Facebook* para a disseminação das informações e a interação com os usuários. Esses recursos mostram que a mediação digital envolve tanto a organização dos documentos quanto as maneiras utilizadas para facilitar sua localização, compreensão e circulação.

Essa aproximação entre diferentes formas de acesso aparece de maneira concreta no Plano Nacional do Livro e Leitura 2026-2036 (PNLL)⁷. O Plano estabelece metas para reabrir bibliotecas públicas, ampliar em 50% o número de bibliotecas públicas e comunitárias, com

⁷PNLL 2026–2036: Plano Nacional do Livro e Leitura, aprovado pela Portaria Interministerial MinC/MEC nº 12, de 23 de abril de 2026. Trata-se de um instrumento de planejamento decenal voltado às políticas públicas de livro, leitura, literatura, escrita e bibliotecas no Brasil, com metas relacionadas à democratização do acesso, ampliação e modernização das bibliotecas, acessibilidade, formação de leitores e mediadores e expansão do acesso digital.

ênfase em territórios socialmente vulneráveis, modernizar bibliotecas públicas e estimular a modernização das comunidades. Também prevê acervos em formatos acessíveis, ambientes virtuais para acesso a obras digitais, ampliação de espaços comunitários de leitura e implantação de uma Biblioteca Digital de Acesso Público e Gratuito. Convém lembrar que a própria implementação do PNLL está prevista em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, acompanhada por mecanismos de monitoramento e participação. Assim, a democratização da leitura passa a reunir estrutura física, recursos digitais, acessibilidade, organização institucional e participação social dentro de uma mesma política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão respondeu à questão proposta ao mostrar que a produção científica brasileira caracteriza bibliotecas públicas, comunitárias e digitais como infraestruturas potenciais de democratização da leitura e da informação, mas condiciona esse potencial a mediação, pertencimento, acessibilidade, sustentabilidade e governança.

As bibliotecas públicas concentram deveres de institucionalização, universalidade e continuidade, embora estudos apontem precariedade e baixa autonomia em partes do sistema. Por outro lado, as comunitárias evidenciam a força da organização territorial, da mediação e do protagonismo, mas também expõem fragilidades financeiras e risco de sobrecarga de iniciativas locais. Já as digitais ampliam possibilidades de acesso e integração, ao mesmo tempo que demonstram que usabilidade, acessibilidade e preservação são dimensões políticas, não apenas técnicas. Assim, foi possível observar que as três modalidades compõem um ecossistema cujo desempenho depende de articulação entre Estado, comunidades, profissionais, redes e infraestrutura tecnológica.

Mediante os resultados obtidos durante essa revisão, a principal contribuição científica da revisão está em integrar campos que a literatura costuma tratar separadamente, a partir do cruzamento das evidências, que permitiu formular um modelo interpretativo em que acesso, mediação, apropriação e participação são dimensões relacionadas, condicionadas por acessibilidade, sustentabilidade e governança.

Tais resultados apoiam uma agenda de pesquisa orientada por comparação territorial, avaliação de mediação, acessibilidade, participação e integração físico-digital. Também sugerem que a implementação do PNLL 2026-2036 seja observada para além do número de equipamentos e acervos, incorporando qualidade de uso, reconhecimento territorial e continuidade. A futura construção de uma Agenda Literária 21 pode partir dessas dimensões,

desde que seja tratada como etapa propositiva própria, submetida a critérios de validação e não confundida com achado automático desta revisão.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Isabella Carolina Pongelupe; PAULA, Lorena Tavares de. Mediação da informação digital: análise no contexto da Biblioteca Nacional do Brasil. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, e024012, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v22i00.8674881>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8674881>. Acesso em: 11 jul. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Núbia M Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. 4 ed. Fortaleza: Nacional, 2007.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues et al. Iniciativas das bibliotecas públicas Cearenses em apoio à implementação da Agenda 2030 no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 6, e27751, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27751>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27751>. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRANDÃO, Tatiana Soares; MARIANO, Paula Renata; SANTA ANNA, Jorge. Sala Braille da biblioteca pública de Lagoa Santa no contexto da Agenda 2030: incluindo pessoas e transformando vidas. **Biblionline**, v. 18, n. 1, p. 110-130, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2022v18n1.63085>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/63085>. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro e dá outras providências. Brasília, DF: **Presidência da República**, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 20 set. 2026

BRASIL. Lei nº 13.692, de 10 de julho de 2018. Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a reprodução de obras para uso de pessoas com deficiência visual. Brasília, DF: **Presidência da República**, [2018]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13692-10-julho-2018-786957-norma-pl.html>. Acesso em: 05 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF: **Presidência da República**, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13696-12-julho-2018-786975-publicacaooriginal-156036-pl.html>. Acesso em: 05 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, para dispor sobre a Instituição da Política Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: **Presidência da República**, [2024]. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-12166-5-setembro-2024-796208-publicacaooriginal-172944-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação. **Portaria Interministerial MinC/MEC nº 12**, de 23 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL 2026-2036 e suas metas. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao-e-normativas/portaria-interministerial-minc-mec-no-12-de-23-de-abril-de-2026>. Acesso em: 26 ago 2026.

FERREIRA, Shirley dos Santos; CORTES, Vanderléa Nobrega Azevedo; OLIVEIRA, Damares Socorro Fontes de; BARI, Valéria Aparecida. Territórios de leitura e resistência: a mediação da informação na Biblioteca Comunitária Maria Beatriz Nascimento, Sergipe, Brasil. **Biblionline**, v. 22, n. 1, p. 91-106, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2026v22n1.77686>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/77686>. Acesso em: 23 jul. 2026.

FREITAS, Adalaete Souza de et al. Biblioteca pública e inclusão social: o papel da Biblioteca Almir Clementino Muniz na preservação da memória e democratização do acesso à informação. **Biblionline**, v. 21, n. 4, p. 116-130, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2025v21n4.76419>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/76419>. Acesso em: 13 jul. 2026.

LIMA, Luiz Carlos de Souza; RIHAN, Bianca. Bibliotecas comunitárias e acesso à cidadania: reflexões preliminares. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 12, n. 2, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/9164>. Acesso em: 06 ago. 2026.

MADUELL, Bianka; BORGES, Jussara. Bibliotecas comunitárias como espaços de direito à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 16, n. 3, p. 56-72, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/254352>. Acesso em: 11 ago. 2026.

MAIA, Georgia Fernanda Rodrigues; BARRADAS, Jaqueline Santos. Gestão de bibliotecas comunitárias: experiências bem-sucedidas no Brasil. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 7, n. 2, p. 27-58, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47681/rca.v7i2.53186>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/53186>. Acesso em: 17 ago. 2026.

SILVA, André Luiz Avelino da; VANIN, Luis Fernando; SALES, Rodrigo de. A função social das bibliotecas públicas no acesso à cidadania LGBTQIAPN+: uma leitura a partir da Biblioteconomia Social. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 8, n. especial, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33467/conci.v8i.23677>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23677>. Acesso em: 09 jul. 2026.

SILVA, Ecilvania Justino da; MARQUEZ, Suely Oliveira Moraes. Bibliotecas comunitárias e inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 5147-5150, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i6.20093>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20093>. Acesso em: 10 jul. 2026.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. Bibliotecas comunitárias e o acesso à educação nos territórios. **Revista de Ciências Humanas**, v. 26, n. 1, p. 225-246, 2025. DOI:



<https://doi.org/10.31512/19819250.2025.26.01.225-246>. Disponível em:
<https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/4973>. Acesso em: 08 ago, 2026.